INSTITUTO NACIONAL
DE ADMINISTRAÇÃO, I.P.

Contencioso Administrativo

O que vai aprender nesta formação?

- Conhecer o âmbito da jurisdição administrativa de acordo com o ETAF revisto
- Compreender a estrutura do CPTA e a organização dos seus meios processuais
- Conhecer os pressupostos processuais dos diversos meios processuais (processos principais, urgentes e cautelares)
- Dominar a tramitação da ação administrativa, dos processos (principais) urgentes, dos processos cautelares, dos processos executivos e dos recursos
- Prática: redação e estruturação de peças processuais: Petição Inicial e respetiva Contestação (processos principais e urgentes)

Destinatários

- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Dirigentes em cargos de direção superior

- Trabalhadoras\/es da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadoras\/es da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadoras\/es da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadoras\/es das carreiras especiais

Como está organizado o programa?

- Vertente teórico-prática

1. Os diplomas estruturantes do Contencioso Administrativo: o ETAF e o CPTA

2. Âmbito material da jurisdição administrativa

3. Elementos essenciais da causa e pressupostos processuais

    3.1. Elementos essenciais da causa: os sujeitos, o pedido e a causa de pedir

    3.2. Pressupostos processuais

        3.2.1. Noção

        3.2.2. Pressupostos relativos ao tribunal

        3.2.3. Pressupostos relativos aos sujeitos processuais

        3.2.4. Pressupostos relativos ao processo

4. Os meios processuais e o fim do dualismo processual no contencioso administrativo operado pelo CPTA revisto

    4.1. Apresentação geral dos meios processuais no CPTA revisto

    4.2. A distinção entre as formas de processo principais (normais e urgentes) e os procedimentos cautelares

5. A ação administrativa

    5.1. Aspetos gerais

    5.2. Os tipos de pedidos nominados e inominados

    5.3. Tramitação processual

    5.4. As ações contra particulares

    5.5. As ações inter-administrativas

6. Os processos urgentes

6.1. Noção e aspetos gerais

6.2. Os vários tipos de processos e os respetivos regimes

6.2.1. Contencioso eleitoral

6.2.2. Contencioso dos procedimentos de massa

6.2.3. Contencioso pré-contratual

6.2.4. Intimação para prestação de informações, consulta de documentos ou passagem de certidões

6.2.5. Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias

7. As providências cautelares

7.1. Características da tutela cautelar

7.2. A plenitude da proteção: a universalidade das providências admitidas

7.3. Os (revistos) critérios de concessão de tutela cautelar

7.4. O decretamento provisório da providência

7.5. A decisão antecipada do processo principal no processo cautelar

7.6. Outros aspetos de regime da tutela cautelar

8. O processo executivo administrativo

9. Recursos jurisdicionais

10. Arbitragem administrativa e (outros) meios de resolução alternativa de litígios no CPTA revisto

11. A reforma (de 2015) do Contencioso Administrativo: análise crítica

12. A (nova) reforma do Contencioso Administrativo em curso: comentário e perspetivas

- Vertente prática

13. Prática processual administrativa

13.1. Redação e estruturação de peças processuais

13.1.1. Petição Inicial e respetiva Contestação (processos principais e urgentes)

13.1.2. Requerimento Inicial e respetiva Oposição (processos cautelares)

13.1.3. Alegações e Contra-alegações (recursos)

13.2. Estruturação e elaboração de (alguns) outros documentos inerentes ao contencioso administrativo

13.2.1. O “processo administrativo” ou “processo instrutor”

14. A declaração de reconhecimento de que o “diferimento da execução [do ato] seria gravemente prejudicial para o interesse público” (artigo 128.º, n.º 1 do CPTA)”

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- Orientação para o Serviço Público
- Análise Crítica e Resolução de Problemas
- Orientação para Resultados
- Tomada de Decisão

Qual o valor da propina?

280€

Como será realizada a avaliação?

Requisitos gerais de acesso

Inscrição

Existem pré-requisitos para a inscrição na ação?

Quais as regras associadas ao financiamento PRR?

Qual o valor do desconto?

Qual o enquadramento desta formação?

Este curso tem coordenação académica?

Formadores

Juliana Ferraz Coutinho

Área de Formação: **Interesse e Serviço Público**

Área Temática: **Direito - Direito Administrativo**

Duração: **28 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

Visitar página do Curso

Ficheiro descarregado a: 15/12/2025